

Jorge Martins Ribeiro *

Os ingleses no Porto Oitocentista

Os súbditos da Grã-Bretanha, instalados no Porto desde há muito, tiveram um papel determinante na vida social da cidade e no comércio do vinho. De facto, estão ligados à sua comercialização e à melhoria das suas qualidades e características, o qual se tornou, deste modo, um produto apreciado em todo o mundo. A maioria dos ingleses, residentes no burgo portuense, eram negociantes que se dedicavam a enviar para Inglaterra o vinho comprado na região do Douro. No entanto, a sua actividade contemplava a importação de artigos ligados ao comércio vinícola, como por exemplo aguardente, destinada à fortificação de vinhos, aduelas, provenientes do Canadá, e arcos de ferro, indispensáveis, tanto à manufactura como à reparação das pipas. Negociavam também em produtos agrícolas e industriais, enviando para as ilhas britânicas, entre outras mercadorias, cebolas, frutos, citrinos e produtos do Brasil (açúcar, algodão, café e peles). Importavam cereais, metais, carvão, arroz, peixe, nomeadamente bacalhau, louça, tecidos, etc. Refira-se, a propósito, que o negócio dos tecidos atingia um valor considerável. Todo este escambo e ligações ao comércio atlântico contribuía para aumentar o número de ingleses que habitavam no Porto e para a sua prosperidade¹.

Por outro lado, desde a Idade Média, os súbditos da Grã-Bretanha, residentes em Portugal, desfrutavam de uma série de privilégios que lhes tinham sido outorgados pelo poder real. Na realidade, além das regalias usufruídas pelos agentes consulares, todos os ingleses, bem como os que para eles trabalhavam, tais como feitores, caixeiros e tanoeiros gozavam de várias prerrogativas. Entre estas contam-se a isenção de impostos de guerra e de aboletamento de soldados. Contudo, o mais significativo dos privilégios talvez fosse o de terem um Juiz Conservador escolhido por eles, o qual actuava como árbitro nas disputas em que se viam envolvidos. No Porto este magistrado era escolhido pela comunidade e pago pela

* Departamento de História – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ RIBEIRO, Jorge Martins – *A Comunidade Britânica do Porto durante as invasões francesas 1807-1811*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1990, p. 27-28; «La Communauté Britannique de Porto au début du XIX^e siècle». In *L'identité régionale. L'idée de région dans l'Europe du Sud-ouest*. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1991, p. 94-95.

Feitoria, revelando-se um posto muito apetecível. Recebia um salário regular e fruía de precedência sobre os juizes das outras comunidades estrangeiras. O tratado de 1810 confirmou este direito, tendo, no entanto, tal cargo desaparecido no burgo portuense, em 1826, embora em Lisboa ainda existisse em 1848. Isto apesar de, pelo decreto de 12 de Março de 1845, terem sido abolidas as conservatórias das nações estrangeiras, ficando os não portugueses sujeitos à jurisdição dos tribunais nacionais. Contudo, nos casos consignados na lei em que houvesse necessidade de um júri, seis dos doze elementos que o constituíam deviam ser da nacionalidade do estrangeiro interveniente no processo. De qualquer modo, o presidente tinha de ser português e aos jurados estrangeiros assistiam os mesmos deveres e direitos dos naturais. Era obrigatório residirem em Portugal há mais de um ano, terem mais de 25 anos de idade, dedicarem-se a uma actividade agrícola, comercial, industrial ou de carácter literário, sendo imprescindível saber falar, ler e escrever o português. A lei de Março de 1845 era também precisa quanto aos casos em que este privilégio não podia ser usufruído².

Apesar de todas estas regalias, o facto da maioria dos britânicos, residentes em Portugal, professarem a religião Anglicana criou-lhes dificuldades, embora a sua presença em Lisboa e no Porto não levasse um número significativo de portugueses a converterem-se ao Protestantismo. Todavia, nos inícios do século XIX, os maiores obstáculos encontravam-se já ultrapassados. No entanto, se o culto continuava proibido a todos os não católicos, este era permitido em lugares fechados, nas instalações das legações estrangeiras e a bordo de navios. Relativamente aos ofícios religiosos da comunidade britânica do Porto, a sala de baile do edifício da Feitoria, talvez tivesse sido utilizada para o efeito, ainda que tal só se pudesse ter verificado depois de 1810. De facto, o tratado assinado neste ano, entre Portugal e a Grã-Bretanha, consagrava uma relativa liberdade de consciência aos ingleses, além de que, antes desta data, o título de propriedade da Feitoria proibia a sua utilização para fins religiosos³.

² RIBEIRO, Jorge Martins – *A Comunidade Britânica do Porto durante as invasões francesas*, p. 22-23; *Comércio e comerciantes britânicos no Porto na primeira metade do século XIX*. «Douro – Estudos & Documentos». Porto: GEHVID. N.º 4 (1997), p. 140; «O corpo consular no noroeste português, no final do século XVIII: hierarquias e distribuição territorial». In *Articulations des territoires dans la Péninsule Ibérique: IV^{es} Journées d'Études Nord du Portugal-Aquitaine*. Textos reunidos e apresentados por François Guichard. Bordeaux: Maison des Pays Ibériques, 2001, p. 155; DELAFORCE, John – *The Factory House at Oporto*. 2ª ed. London: Christie's Wine Publications, 1983, p. 8; WALDORF, A.R. – *The British Factory in Lisbon and its closing stages ensuing upon the treaty of 1810*. Lisboa: Instituto Britânico em Portugal, 1940, p. 44; VENTURA, Isaura Maria Röseler – *Os Britânicos no Porto no século XIX*. Porto: Universidade Portucalense, 1996, p. 194-198. Dissertação de Mestrado; A.D.P., Governo Civil do Porto – *Livros de Registos de Privilégios*, livros 128-135.

³ RUDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1980, p. 159; DELAFORCE, John – *Anglicans abroad: the history of the chaplaincy and church of St. James at Oporto*. London: SPCK, 1982, p. 34-35; e *The Factory House at Oporto*, p. 28; GUICHARD, François – *Le Protestantisme au Portugal*. «Arquivos do Centro Cultural Português». Paris. N.º 27,

Como o referido convénio permitisse a edificação de igrejas e capelas, desde que parecessem residências particulares e não fossem utilizados sinos, a comunidade britânica do Porto começou, em 1815, a construir a igreja de *Saint James*, a qual foi concluída nos finais de 1818. Posteriormente foi acrescentada uma galeria, de forma a albergar mais gente, e em 1866-1867 procedeu-se ao alargamento do templo. Este foi edificado no terreno do cemitério inglês, comprado, pelos comerciantes do Reino Unido, em 1787, de forma a terem um lugar próprio onde inumar os seus mortos e evitar que fossem enterrados à beira-mar ou nas margens dos rios. Tudo isto pressupõe a existência de capelães, os quais estão presentes no burgo portuense desde a segunda metade do século XVII, apesar de nesta altura a Inquisição lhes levantar problemas. No entanto, desde 1709, até hoje, com excepção de alguns pequenos intervalos de tempo, tem existido sempre um pastor anglicano no Porto. Até 1825, este foi pago através do *Contribution Fund*, criado em 1721 e composto pelo dinheiro resultante de um imposto cobrado sobre todas as importações provenientes das ilhas britânicas. Este fundo era utilizado para pagar ao cônsul e ao capelão, para as despesas do hospital, para auxiliar ingleses, em dificuldades, bem como para fins caritativos ou qualquer outra utilização de carácter público. Depois de 1725 e durante 50 anos os cônsules-gerais ou cônsules deviam, de vez em quando, contribuir para a manutenção dos capelães, dos cemitérios, para a celebração do culto e para a inumação de súbditos britânicos. A partir de 1875, ano em que estas subvenções terminaram, a capelania do Porto tornou-se auto-suficiente, em termos financeiros. Também por esta altura (1877) foi modificada a forma de eleição do capelão, passando este a ser seleccionado por uma comissão especial e depois de 1894 tornou-se necessária a sua confirmação pelo bispo de Gibraltar⁴.

Ainda em relação ao problema religioso, convém salientar que o século XIX vai ser uma época de tolerância neste domínio. No entanto, os diversos textos constitucionais portugueses apesar de assegurarem a liberdade de consciência e expressão, não autorizavam outros cultos, que não o católico, aos estrangeiros. Aliás, logo no início da centúria as considerações político-militares falaram mais alto que as religio-

(1990), p. 456, 458, 462-463; RIBEIRO, Jorge Martins – *La Communauté Britannique de Porto au début du XIX^e siècle*, p. 95 e *O anglicanismo em Portugal do século XVII ao XIX*. In «Livro em Homenagem a João Francisco Marques». Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, [2001], p. 340, 345-346.

⁴ DELAFORCE, John – *Anglicans abroad: the history of the chaplaincy and church of St. James at Oporto*, p. 16, 24, 34, 42-45, 49-51, 66-67, 72-73, 80, 84, 114-123, 135, Apêndice 1 e *The Factory House at Oporto*, p. 26-31; RIBEIRO, Jorge Martins – *A Comunidade Britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1811)* p. 21, *La communauté britannique de Porto au début du XIX^e siècle*, p. 96, e *O Anglicanismo em Portugal do século XVII ao XIX*, p. 346-348. SELLERS, Charles – *Oporto, Old and New*. Londres: Herpert E. Harper, 1899, p. 232; MACAULAY, Rose – *They went to Portugal*. 2^a ed. Hardmondsworth, 1985, p. 233; BRADFORD, Sarah – *The Story of Port. The Englishman's wine*. London: Christie's Wine Publications, 1983, p. 30.

sas. Assim, Sir Arthur Wellesley, o futuro duque de Wellington, actuou de forma discreta, neste campo, e Lord St. Vincent, comandante da força naval britânica, relacionou-se com altos dignitários da Igreja, bem como com freiras. Por outro lado, sacerdotes católicos e pessoas de condição social elevada assistiram aos ofícios anglicanos. Tudo isto deve-se obviamente ao facto de prelados como o cardeal Patriarca considerarem indispensável a ajuda inglesa na luta contra a França napoleónica⁵.

Além da igreja existiam no Porto outras instituições e edifícios ligados à vida dos residentes britânicos. O mais emblemático dos prédios, até porque ainda hoje tem uma função social e a que já fizemos uma breve alusão, é sem dúvida aquele onde funcionou a sede da Feitoria Inglesa. É uma construção de finais do século XVIII, sendo o seu projecto atribuído ao cônsul John Whitehead. Ao longo de Oitocentos, foi um local de encontros de negócios ou de carácter social, sendo também o lugar onde se fixava o câmbio. Serviu para hospedar viajantes e aí estiveram alojados oficiais britânicos durante a Guerra Peninsular. Neste edifício tiveram, ainda, lugar recepções a figuras como D. Pedro IV e o Príncipe de Lippe. Com o tratado de 1810 e a extinção das feitorias em Portugal, tornou-se a sede de uma associação denominada *British Club*, a qual em 1814 passou a designar-se *British Association*, nome que chegou até aos nossos dias. Aqui existe e funciona, desde 1818, uma biblioteca que foi propriedade particular, até 1842, ano no qual foi adquirida pela Associação Britânica. Em 1825 a casa da Feitoria passou a proporcionar um novo serviço aos seus frequentadores, oferecendo-lhes a possibilidade de terem acesso a banhos quentes. Além disto, as salas de visita, de jantar, de jogo, de bilhar e de leitura proporcionavam uma série de espaços de lazer aos associados. Aliás, de acordo com Elaine Sanceau, este edifício tornou-se o centro da vida da comunidade, tendo conhecido o seu apogeu no século XIX⁶. Os

⁵ GUICHARD, François, o. c., p. 463, 465; RIBEIRO, Jorge Martins – *O anglicanismo em Portugal do século XVII ao XIX*, p. 349, 352-353; RATHBONE, Julian – *Wellington's war. His Peninsular dispatches presented by...*. London: Michael Joseph, 1984, p. 10; GLOVER, Michael – *Wellington's Army in the Peninsula 1808-1814*. New York: Hippocrene Books, Inc., 1977, p. 130-132; MACAULAY, Rose – *They went to Portugal too*. Manchester: Carcanet Press: The Calouste Gulbenkian Foundation, 1990, p. 153.

⁶ COSTA, Agostinho Rebello da – *Descrição Topografica, e historica da cidade do Porto*. Porto: Antonio Alvarez Ribeiro, 1789, p. 128-132; KINSEY, William M. – *Portugal illustrated in a series of letters*. 2ª. ed. London: Treuttel and Wurtz, Treuttel Jun. and Richter, 1829, p. 183; British Library, Add. Mss. 30,099 – *Sir Robert Wilson. Journal 14 August 1808-2 October 1809*; ALEXANDER, James Edward – *Sketches in Portugal during the civil war of 1834*. London: James Cochrane and C^o., 1835, p. 255; BADCOCK, Lovell, lieutenant-colonel – *Rough leaves from a journal kept in Spain and Portugal during the years 1832, 1833, & 1834*. London: Richard Bentley, 1835, p. 172; HARRISON, W. H. – *The tourist in Portugal*. London: Robert Jennings, 1839, p. 49; KINGSTON, William H. G. – *Lusitanian sketches of the pen and pencil*. London: John Parker, 1845, vol. I, p. 75-76; CHARTON, M. Édouard, dir. – *Le Tour du Monde. Nouveau Journal des Voyages*. Paris: Librairie de L. Hachette et C^a., 1861, p. 290, 294; COCKBURN, Ernest H. – *Port wine and Oporto*. London: Wine and Spirit Publications, 1900, p. 9; COBB, Gerald – *Oporto Older and Newer*. [S.l.: Chichester

britânicos possuíam, ainda, um hospital, o qual em 1845 se encontrava sob a responsabilidade de um médico inglês, o Dr. Henry Jebb e era financiado através de fundos privados. Nos finais de Oitocentos mudou de instalações, sendo na viragem do século muito apetecidas as funções de chefe dos seus serviços clínicos⁷.

Instalados no burgo portuense, os súbditos ingleses vão ser afectados pela conturbada situação político-militar que a cidade e o país vivem no século XIX. Logo no início desta centúria, a sua actividade comercial vai ser prejudicada pelo estado de guerra entre a França e a Grã-Bretanha. Assim, alguns dos navios que se dirigiam ao Porto sofreram ataques por parte das marinhas de guerra e dos corsários destas duas potências, bem como da Espanha, aliada de Napoleão. E, apesar de Portugal se declarar neutral, a marinha inglesa vai capturar embarcações de várias nacionalidades, que da barra do Douro se dirigiam aos portos do norte da Europa. Não podemos deixar aqui de referir a actividade dos corsários baseados na Galiza, pois foi uma das que mais prejuízos causou. Estavam bem organizados e contavam com o apoio das populações, entre as quais parecia existir um sentimento anti-britânico.

Ante a difícil conjuntura internacional e a eminente invasão do território metropolitano português, pelas tropas francesas, os ingleses retiraram-se para o seu país, não sem antes terem expedido todos os bens móveis que possuíam. Além disto, tomaram providências para salvaguardar as propriedades imobiliárias, quer recorrendo a vendas ou hipotecas fictícias, quer garantindo o pagamento de dívidas, também fictícias, com os seus bens de raiz. Isto possibilitou-lhes passar mais ou menos incólumes o período da Guerra Peninsular e o retomar das suas actividades logo que a situação militar assim o permitia. Apesar dos privilégios que gozavam, a que já aludimos, e de com base neles se recusarem a pagar a contribuição de guerra, lançada pelo governo, auxiliaram o esforço de defesa, quer dando vestuário para as tropas, quer emprestando dinheiro ao governador militar da cidade, o general Nicolau Trant⁸.

Press, 1965/1966], p. 2; BRADFORD, Sarah – o. c., p. 46, 49, 54; SANCEAU, Elaine – *The British Factory Oporto*. Barcelos: British Association Oporto, 1970, p. 75, 77-78, 80, 82-84, 106-109; DELAFORCE, John – *The Factory House at Oporto*, p. 4 e *Joseph James Forrester Baron of Portugal 1809-1861*, p. 57; JOHNSON, Hugh – *Vintage: The story of wine*. New York: Simon and Schuster, 1989, p. 326; RIBEIRO, Jorge Martins – *A comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas (1807-1811)*, p. 22; *La communauté britannique de Porto au début du XIX^e siècle*, p. 96-97; *Os estrangeiros e o Porto setecentista: imagens, representações e poder*. «III Jornadas de Estudo Norte de Portugal-Aquitânia. Actas. “O poder regional: mitos e realidades”». CENPA: Publicações da Universidade do Porto, 1996, p. 98; SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto das Luzes ao Liberalismo*. Lisboa: Inapa, 2001, p. 82-83, 158.

⁷ KINGSTON, William H. G. – *Lusitanian sketches of the pen and pencil*. London: John Parker, 1845, vol. I, p. 276, 305; COBB, Gerald, o. c., p. 100; DELAFORCE, John – *Anglicans abroad: the history of the chaplaincy and church of St. James at Oporto*, p. 50.

⁸ RIBEIRO, Jorge Martins – *A comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas 1807-1811*, p. 53-80, 84-87, 107-130.

Com o fim do conflito, a vida, embora sem estar isenta de dificuldades, voltou ao normal. Em 1812/1813, apesar de um observador contemporâneo afirmar terem diminuído o número de famílias britânicas residentes no Porto, as suas casas comerciais encontravam-se em plena actividade⁹. Este viver tranquilo vai uma vez mais ser afectado pela Revolução de 1820 e pelos confrontos subsequentes. Se o pronunciamento militar de 24 de Agosto, em si, não perturbou a vida comercial portuense, causando apenas apreensões, o mesmo não sucedeu com as guerras que opuseram liberais a absolutistas. Apesar dos britânicos se manterem neutrais e se darem com pessoas de todos os quadrantes políticos as suas simpatias iam para os primeiros¹⁰. Contudo, alguns dos ingleses, fazendo uso dos privilégios que usufruíam, iam ajudando a causa liberal, de forma encoberta. No entanto, em 1827, a situação parecia requerer medidas mais drásticas, como até uma possível partida para Inglaterra, caso as coisas tomassem uma feição demasiado perigosa. E embora nada disto fosse necessário, muitas famílias abandonaram as suas casas e instalaram-se nos subúrbios¹¹.

O cerco do Porto criou óbvias dificuldades aos ingleses, alguns dos quais, apesar de não participarem nas operações militares, sofreram ferimentos e outros viram as suas propriedades danificadas pelos bombardeamentos. Além disto, o incêndio da Alfândega, ocorrido em Dezembro de 1832, ao destruir as mercadorias aí armazenadas causou prejuízos de monta. E ainda que permanecessem na cidade durante este conturbado período, adoptaram medidas a fim de garantirem a sua segurança. Acreditavam, aliás, que se abandonassem o burgo portuense isto seria prejudicial à causa de D. Pedro, o qual apoiavam, até porque uma vitória de D. Miguel não seria de modo algum favorável aos seus interesses. Nesta altura também não se eximiram de ajudar as classes mais desfavorecidas, dando contribuições monetárias para a sopa dos pobres. Apesar do seu apoio à facção liberal, não deixou de haver um atrito entre eles e D. Pedro, a propósito da defesa de Vila Nova de Gaia, local onde se situavam os seus armazéns. O duque de Bragança apenas autorizou a fortificação do convento da Serra do Pilar, pelo que as tropas miguelistas, em Agosto de 1833, tiveram a possibilidade de incendiar os depósitos

⁹ MILFORD, John – *Peninsular Sketches during a recent tour*. London: John Richardson and J. Hatchard, 1816, p. 193-194; COCKBURN, Ernest H., o. c., p. 9; MACAULAY, Rose – *They went to Portugal*, p. 238; SANCEAU, Elaine, o. c., p. 69-70; RIBEIRO, Jorge Martins – *Comércio e comerciantes britânicos na primeira metade do século XIX*, p. 143.

¹⁰ KINSEY, William M., o. c., p. 181-182; MACAULAY, Rose – *They went to Portugal*, p. 292; RIBEIRO, Jorge Martins – *Comércio e comerciantes britânicos na primeira metade do século XIX*, p. 144.

¹¹ BADCOCK, Lovell, o. c., p. 242; HODGES, G. Lloyd – *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832*. London: James Fraser, 1833, vol. I, p. 330-331; vol. II, p. 177-178; DIAS, Pedro A., o. c., p. 100-102; Cartas de Archibald Cockburn para Robert Cockburn, em Edimburgo, datadas do Porto, 31 de Janeiro e 3 de Fevereiro de 1827 transcritas em COCKBURN, Ernest H., o. c., p. 10-11; BRADFORD, Sarah, o. c., p. 55-56; RIBEIRO, Jorge Martins – *Comércio e comerciantes britânicos na primeira metade do século XIX*, p. 145-147.

da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*. Esta acção colocou em risco os armazéns pertencentes a ingleses, os quais nada sofreram porque os marinheiros da força naval britânica, ancorada no Douro, apagaram o fogo¹².

Com o fim das lutas liberais, os súbditos do Reino Unido retomaram as suas actividades sociais e profissionais e todos os que tinham deixado Portugal regressaram. Neste período desempenharam um papel importante a nível económico, contando-se entre os fundadores e directores de diversas instituições portuenses, como a *Associação Comercial do Porto*, a *Companhia de Seguros Segurança* e o *Banco Comercial do Porto*. Nos seus tempos livres dedicavam-se às artes, em especial à música, assistiam a Óperas e frequentavam o edifício da Feitoria, bem equipado com a sua sala de periódicos, de bilhar e Biblioteca. No Verão, participavam em convívios informais depois do jantar, bem como em bailes e jantares mais formais. Dedicavam-se ainda a actividades ao ar livre como a pesca e excursões de barco no Douro. Neste período de acalmia muitas famílias construíram residências no Couto de S. João da Foz, local onde na estação estival se ia a banhos, e outras foram habitar ainda mais longe da cidade, em Leça da Palmeira¹³. Os britânicos, que desde finais do século XVIII se haviam deslocado para a parte ocidental da urbe, com ruas novas, amplas e luminosas e com boas ligações ao centro de negócios e comércio foram, aliás, os primeiros a deixar o coração do burgo. Assim, numa primeira fase instalaram-se nas zonas altas, mas ainda no âmbito territorial das freguesias centrais e, numa segunda, em áreas mais afastadas. A melhoria das vias de comunicação vai permitir que muitos possam ir residir para sítios mais distantes, ao longo da orla marítima¹⁴. Por seu lado, a sede das principais empresas nacionais e estrangeiras localizava-se na Ribeira, na Rua Nova dos Ingleses, no Largo de S. Domingos e na Rua de S. João, perto da Alfândega e do rio¹⁵. No

¹² BADCOCK, Lovell, o. c., p. 198-199, 242, 281-282, 318-319; OWEN, Hugh – *O Cerco do Porto*. Lisboa: A Regra do Jogo, [1985], p. 164, 222, 238, 309-310; HODGES, G. Lloyd, o. c., vol. 2, p. 67; COCKBURN, Ernest H., o. c., p. 16; HARRISON, W. H., o. c., p. 63; MACAULAY, Rose – *They went to Portugal*, p. 293, 314, 328; BASTO, Artur de Magalhães – *A colónia inglesa do Porto e as nossas lutas civis dos princípios do século passado*. «O Primeiro de Janeiro» (18 de Maio de 1945); VALENTE, Vasco – *O cerco do Porto visto por um estrangeiro*. «O Tripeiro». 5ª Série, Vol. 3, nº 4 (Agosto 1947), p. 88; BRADFORD, Sarah, o. c., p. 57-59; PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o vinho do Porto de Pombal a João Franco*, Porto: Edições Afrontamento, 1991, p. 125; BENNETT, Norman R. – *O sistema do vinho do Porto dos anos 30 aos anos 50 do século XIX: guerra e reorganização*. «Douro – Estudos e Documentos». Porto: GEVID. Nº 2 (1996), p. 182-184; RIBEIRO, Jorge Martins – *Comércio e comerciantes britânicos na primeira metade do século XIX*, p. 146-149.

¹³ KINGSTON, William H. G., o. c., vol. 1, p. 60, 246; LICHNOWSKY, Félix, Príncipe – *Portugal. Recordações do ano de 1842*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. 159; SELLERS, Charles, o. c., p. 9, 38; COCKBURN, Ernest H., o. c., p. 15; RIBEIRO, Jorge Martins – *Comércio e comerciantes britânicos no Porto na primeira metade do século XIX*, p. 150-151.

¹⁴ VENTURA, Isaura Maria Röseler, o. c., p. 112-113, 115-117, 138.

¹⁵ SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – «O Porto Oitocentista». In RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir. – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 1995, p. 384.

entanto, em quase todas as freguesias portuenses, com excepção das do Bonfim e Paranhos, existiam firmas inglesas, bem como em Vila Nova de Gaia¹⁶.

Esta vida calma foi uma vez mais interrompida pela Guerra Civil da *Patuleia*. Portugal foi invadido pelo exército espanhol e uma frota inglesa bloqueou a barra do Douro. O conflito terminou em Junho de 1847, com a *Convenção de Gramido*, embora só em 1851 o comércio tivesse voltado ao normal¹⁷. Na segunda metade do século XIX o país vai atravessar um período de estabilidade política e de crescimento económico e a comunidade britânica, que sobrevivera à agitação da *Patuleia*, vai continuar notória na cidade do Porto. Os ingleses, aliás, vão ser os protagonistas de obras de dois grandes vultos das letras portuguesas, Júlio Dinis e Ramalho Ortigão. O primeiro é o autor de um romance intitulado *Uma Família Inglesa*, que tem como personagens principais os ingleses e como cenário o burgo portuense, enquanto o segundo no seu *John Bull*, na *Epístola a Mr. John Bull* e nas *Farpas* lhes dedica algumas páginas bastante cáusticas. Também em Almeida Garrett e em Camilo Castelo Branco está presente este espírito anti-britânico¹⁸.

Nesta segunda parte da centúria os súbditos do Reino Unido vão estar presentes na génese de diversas instituições culturais e desportivas como o *Oporto Cricket and Lawn Tennis Club*, o *Oporto Boat Club*, o *Oporto Golf Club*, o *Sailor's Rest* e a *Oporto British School*. Esta escola ressuscitou uma anteriormente existente, dirigida durante quase cinquenta anos pelo Reverendo Edward Whiteley. Só podia ser frequentada por jovens com mais de seis anos filhos de pais britânicos, que aqui, a par de uma educação tipicamente inglesa, também aprendiam a língua portuguesa. Refira-se, ainda, que em 1862 se fundou a sucursal portuense do *London and Brazilian Bank, Limited*, posteriormente *Bank of London and South America, Ld^a*. e, em 1890, *The Eucalyptus Pulp Mills, Ld^a*, no rio Caima, um afluente do Vouga¹⁹.

É ainda de fazer uma referência ao barão Joseph James Forrester, nascido em Kingston-upon-Hull, em 1809, pois este homem teve uma acção preponderante em prol do vinho do Porto. Os seus primeiros anos na cidade, onde chegou em 1831, foram vividos no meio da tormenta das lutas liberais, tendo participado na defesa dos armazéns da companhia para a qual trabalhava e ajudado a apagar fogos noutros. Aprendeu a falar português com fluência e evitou tomar qualquer partido. Assim, no seguimento desta sua política de neutralidade, durante a

¹⁶ VENTURA, Isaura Maria Röseler, o. c., p. 126-128, 133-137.

¹⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*. 7ª. ed. Lisboa: Palas Editores, 1977, vol. 2, p. 100; RIBEIRO, Jorge Martins – *Comércio e comerciantes britânicos no Porto na primeira metade do século XIX*, p. 151, 153.

¹⁸ RIBEIRO, Jorge Martins – *Os ingleses, o vinho e o Porto no século XIX*. No prelo.

¹⁹ COBB, Gerald, o. c., p. 46, 51, 55, 86, 92, 98, 101; CROFT-COOKE, Rupert – *Port*. London: Putnam 1957, p. 121; SELLERS, Charles, o. c., p. 9, 249-250, 258; MACAULAY, Rose, o. c., p. 250.

Guerra Civil da *Patuleia* deu-se com elementos dos dois partidos em confronto, o que lhe permitiu jantar em sua casa, ao mesmo tempo, com os chefes das duas facções inimigas, sem que estes de tal se apercebessem. Distinguiu-se em vários campos, como autor, artista, fotógrafo e cartógrafo, tendo deixado dois mapas do Douro e da região produtora do vinho. Advogava a navegabilidade do rio Douro, bem como a construção de uma linha de caminho de ferro que ligasse as duas principais cidades portuguesas e passasse por Coimbra. Em seu entender era necessário um novo porto de mar que servisse o burgo portuense, o qual se deveria localizar num maciço de rochedos, situado a norte de Matosinhos, chamado Leixões. De facto, neste local, situam-se actualmente as instalações portuárias que servem a cidade do Porto e a região circundante. Lutou contra a adulteração do vinho, o que lhe criou inimizades entre os seus compatriotas, embora estas suas opiniões colhessem o apoio da maioria dos agricultores da região duriense. Foi ainda favorável a uma redução dos direitos de saída do vinho destinado ao mercado inglês, bem como a uma diminuição dos direitos alfandegários sobre as mercadorias importadas da Grã-Bretanha. Em 1853 ganhou o prémio Oliveira para o melhor ensaio sobre Portugal e dois anos depois viu ser-lhe conferido o título de barão, pelo rei D. Fernando, viúvo de D. Maria II. Apesar de todos estes êxitos nunca foi escolhido para integrar a Feitoria Inglesa. Faleceu afogado no rio Douro, a 12 de Maio de 1861, aos 52 anos de idade. Camilo Castelo Branco, por achar que a sua actuação prestou um mau serviço ao vinho do Porto e a todos quantos dele dependiam, considerou a sua morte como «*uma das mais notáveis vinganças que o rio Douro tem exercido sobre os detractores dos seus vinhos*»²⁰.

Anteriormente ao século XIX, salvo algumas pouco expressivas excepções, os britânicos praticamente não possuíam quintas na região duriense. Vai ser no período filoxérico que muitos adquirem propriedades no Douro. A praga do óidio e a filoxera que chegaram a esta zona nos anos cinquenta e sessenta criaram dificuldades a ingleses e portugueses. À diminuição da produção seguiu-se uma redução das exportações vinícolas, nomeadamente para o Reino Unido. Contudo, a partir da década de 1860, os preços baixam e o negócio torna-se atractivo. Esta prosperidade comercial deve-se, de acordo com Gaspar Martins Pereira, sobretudo, depois dos finais da década de setenta, a facilidades de escoamento para França. Ao mesmo tempo, fazem-se grandes investimentos na região do Douro, procedendo-se, inclusivé, a novas plantações. Por outro lado, após a extinção da

²⁰ SELLERS, Charles, o. c., p. 265-273; CASTELO BRANCO, Camilo – *O vinho do Porto. Processo d'uma bestialidade inglesa. Exposição a Thomaz Ribeiro*. 2ª ed. Porto: Livraria Chardron, 1903, p. 38; COCKBURN, Ernest H., o. c., p. 18-22; DELAFORCE, John – *Joseph James Forrester Baron of Portugal 1809-1861*, p. XII, 1-2, 24-25, 41-42, 45, 52, 68, 73, 78, 86; BRADFORD, Sarah, o. c., p. 59-64; RIBEIRO, Jorge Martins – *Comércio e comerciantes britânicos no Porto na primeira metade do século XIX*, p. 150, 154.

Companhia, em 1863, e sua transformação numa firma comercial privada, em 1865, o decreto de 9 de Outubro desse ano, estabelecia a liberdade de comércio de vinhos efectuado através da barra do Douro. Vai sentir-se, no entanto, no termo da década de oitenta, um retraimento dos principais mercados importadores dos vinhos portugueses, devido à concorrência dos vinhedos da França e da Argélia, plantados já depois do surto filoxérico²¹.

Nestes finais do século XIX, os negociantes britânicos vão opor-se vivamente à tentativa de criação, por parte do governo português, de uma nova companhia monopolista, a *Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal*, que teria a sua sede na cidade do Porto. A luta contra esta instituição tomou várias formas, chegando-se ao encerramento de todos os armazéns e lojas de vinhos do burgo portuense e houve perturbações da ordem pública que fizeram temer uma revolução. Ao lado dos opositores desta medida encontramos o republicano Rodrigues de Freitas que publicou vários artigos no jornal *O Comércio do Porto*. Os ingleses pediram ajuda a Londres e a imprensa do seu país deu cobertura ao assunto. Lisboa acabou por anular o contrato concedido à Companhia, embora os súbditos da Grã-Bretanha fossem alvo de ataques, na via pública, por aqueles que apoiavam a criação deste organismo²².

Como acabámos de ver, as vicissitudes políticas e económicas porque o país e a região norte passaram, ao longo do século XIX, não deixaram de afectar os ingleses. Em todas as ocasiões adversas tomaram medidas eficazes para proteger pessoas e propriedades, o que lhes permitia, logo que a situação acalmava, regressar e retomar as suas actividades mercantis. Apesar do seu reduzido número exerceram grande influência na cidade, nomeadamente a nível arquitectónico, destacando-se, entre outros, o edifício da Feitoria, o Hospital de Santo António e o Palácio de Cristal, demolido em meados do século XX. Constituíam uma comunidade relativamente fechada, pois casavam entre si e chegaram, mesmo, a ter criados originários das colónias britânicas da América, indicador dos seus fracos conhecimentos da língua portuguesa. No entanto, mantiveram um bom relacionamento com os portugueses e na segunda metade de Oitocentos, com as pragas do ódio e da filoxera tornaram-se proprietários de quintas na região duriense. Deste modo, na viragem do século continuava intacta a sua proeminência na vida e no comércio portuenses.

²¹ COCKBURN, Ernest H., o. c., p. 23-24; BRADFORD, Sarah, o. c., p. 51, 68-70; SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins, o. c., p. 427; MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990, p. 344; PEREIRA, Gaspar Martins, o. c., p. 56-60, 128, 131-132, 156.

²² COCKBURN, Ernest H., o. c., p. 25-28; MARTINS, Conceição Andrade, o. c., p. 353-354.